

ANEXO 04
DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL
(Declaração exclusiva para candidato que divide aluguel)

Eu, Gabriela Rodrigues Alves,
portador da carteira de identidade nº 08404746858, e CPF nº 0844746958,
acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no curso de Educação Física Bacharelado
da Universidade do Estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins e sob as penas
da lei para comprovação do Cadastro Socioeconômico que divido com as pessoas abaixo
nominadas e assinadas, os gastos de aluguel do imóvel situado no endereço
Rua Hermógenes Manoel dos Santos, nº 77, sendo que o valor total do
aluguel é de R\$ 1650,00 (legível) e que o valor mensal que cabe a mim contribuir
é de R\$ 825,00 (legível).

Anexar cópia do contrato de aluguel.

Nome e assinatura dos demais moradores:



Documento assinado digitalmente
FELIPE ROHR HOINOSKI
Data: 03/09/2025 22:51:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1. Nome Completo (legível): Felipe Rohr Hoinoski

Assinatura e telefone: (47) 98445-5858

2. Nome Completo (legível): _____

Assinatura e telefone: _____

3. Nome Completo (legível): _____

Assinatura e telefone: _____

4. Nome Completo (legível): _____

Assinatura e telefone: _____

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou
ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos
e/ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC
a averiguar a informação acima.

Data: 03 / 09 / 2025



Documento assinado digitalmente
GABRIELA RODRIGUES ALVES
Data: 03/09/2025 22:57:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.